



Arquivo

Amaro será ouvido amanhã à tarde pela Justiça Federal.

## Começa o processo dos assassinos dos índios

O juiz da 4.ª Vara da Justiça Federal, Eustáquio Nunes Silveira, interroga amanhã, a partir de 13h30m, o grileiro Francisco de Assis Amaro e os pistoleiros Roberto Freire e Germano Gonçalves da Silva, denunciados juntamente com outros 10 réus pelo massacre dos índios xacriabás em 12 de fevereiro último, na reserva indígena de São João das Missões, município de Itacarambi, Norte de Minas.

Numa decisão inédita na história da Justiça brasileira, o ministro Assis Toledo, do Tribunal Federal de Recursos, enquadrou Amaro e os outros acusados na lei n.º 2.889/56, ou seja, eles responderão a processo por crime de genocídio (extermínio de grupo étnico), cuja pena varia de 16 a 40 anos de reclusão. Enquanto aguarda julgamento, o grileiro Amaro — e também os demais acusados — permanece preso no Departamento de Polícia Federal.

O advogado Ariosvaldo de Campos Pires, havia entrado com pedido de habeas-corpus junto ao Tribunal Federal de Recursos, arguindo a competência da Justiça Federal para julgar o caso. Não obteve êxito em seu pedido, pois o TFR confirmou a competência da Justiça Federal e negou o HC a Amaro. Na condição de réu preso, Amaro deverá ser julgado em breve, uma vez que a Justiça

dá prioridade aos processos em que ocorre esta situação. A instrução criminal do processo, culminando com a sentença de pronúncia, será agilizada — garantiu o juiz federal Nunes Silveira.

Um forte esquema de segurança deverá ser montado não só nesta segunda-feira, mas também na terça, quando outros três acusados serão ouvidos pelo juiz Nunes Silveira. Presos em Montes Claros, os pistoleiros Martinho Alves Vidoca, Sebastião de Oliveira Vidoca e Claudomiro de Oliveira Vidoca serão transferidos para a Capital e interrogados neste dia, também às 13h30m, na 4.ª Vara da Justiça Federal, à rua Carijós, 126, centro.

O interrogatório dos 13 réus e a inquirição das testemunhas de acusação e defesa serão feitos ainda na sede da Justiça Federal, no centro da cidade. No entanto, por uma questão de segurança e comodidade, e caso os 13 acusados venham a ser pronunciados, o julgamento não deverá se realizar neste local. O juiz Nunes Silveira pretende solicitar a cessação de um salão no Fórum Lafayette para a realização do julgamento, uma vez que o fórum oferece todas as condições, em particular quanto à segurança, em razão do número de réus denunciados no processo.

## Os xacriabás e a sua luta

A questão entre os remanescentes xacriabás e os grileiros em torno de 42 mil hectares de terra entre as cidades de Manga e Itacarambi, no Norte de Minas Gerais, já se desenrola há mais de 25 anos. Neste período, a reserva indígena, segundo dados da Delegacia da Funai, foi várias vezes invadida por violência e morte. Na mais recente, ocorrida em fevereiro, o grileiro Francisco Amaro liderou um bando de pistoleiros que de madrugada entrou na aldeia do Sapé para assassinar, de forma bárbara, os índios Rosalino Gomes de Oliveira, José Pereira de Santana e Manoel Fiúza da Silva; além de causar ferimentos em Ana de Oliveira. O grupo foi descoberto pela Polícia Federal e agora responde pela inédita acusação de genocídio.

Em outubro de 1986, posseiros e grileiro acirraram ainda mais o conflito com os xacriabás. Irredutíveis na posição de se manterem dentro dos limites da reserva, os colonos resolveram desafiar toda e qualquer disposição legal, dividindo terras que não lhes pertenciam. Conforme funcionários da Funai, lotados no posto avançado na reserva Xacriabá, em Itacarambi, os índios sentiam-se ameaçados. Embora amparados por um órgão federal e reconhecidos como os legítimos donos da terra, os remanescentes viviam nas matas, abandonando plantações e criações face ao terror espalhado pelos grileiros na região.

Liderados por Rosalino e "Rodrigão", chefes dos xacriabás, a revolta estourou. Armados de paus, instrumentos agrícolas, facas e algumas armas de fogo, os índios decidiram expulsar os posseiros. Os quatro mil remanescentes obtiveram a primeira vitória. O clima de guerra instalado na região obrigou o Departamento de Polícia Federal a mobilizar uma equipe de agentes e delegados, enviados ao local para garantir a vida dos índios frente a uma possível reação dos posseiros.

Retirados da reserva, os colonos ficaram, provisoriamente, num galpão cedido pela Prefeitura de Itacarambi. No entanto, os grileiros, invasores de grandes glebas de terras insuflavam os pequenos posseiros a reagirem. O conflito armado era iminente, tendo em vista a disposição dos grileiros em armar os colonos a retornar à reserva. Francisco Amaro liderava um grupo. O prefeito de Itacarambi, José Ferreira, também "proprietário" de terras no local, reuniu as famílias desalojadas prometendo-lhes todo o apoio material para o retorno e caminhões e barracas para que tivessem condições de sobreviver na reserva.

Tal medida, no entendimento de lideranças moderadas, representaria um "banho de sangue". Segundo um pequeno colono, os mais interessados neste confronto eram os grandes grileiros: "o negócio deles é nos manter na terra e assim assegurar as enormes glebas que tinham." Dentro deste ponto de vista os posseiros decidiram não retornar à reserva, numa votação tumultuada pelos grileiros.

Policiais federais, auxiliados por policiais militares do 10º Batalhão de Montes Claros, garantiram a tranquilidade na região. Ocorreram atritos esporádicos, mas sem consequências graves. Um acordo firmado entre "Rodrigão", chefe dos xacriabás, e líderes dos pequenos posseiros possibilitou a volta temporária dos colonos até uma solução definitiva por parte do governo. A direção do Inera, em Brasília, determinou à sua seção mineira que procurasse na região uma fazenda em condições de desapropriação para alojar os posseiros. O processo desenvolveu-se vagarosamente.

### Cães mortos

O acordo com os xacriabás permitindo a volta dos posseiros gerou um estado de miséria entre as 120 famílias de colonos. Precariamente instalados em barracas de lona, cedidas pela PM e instaladas na Aldeia do Sumaré, os posseiros enfrentaram as mais adversas condições de sobrevivência. Embora a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social destinasse alimentos para os colonos, esta doação chegava pela metade com evidentes sinais de desvio durante o transporte. Um agente federal, lotado

na aldeia e responsável pela segurança do local manifestara, através de um relatório, todos os problemas do acampamento.

Enquanto os grandes grileiros movimentavam-se politicamente, procurando obter vantagens com a situação, seis crianças morreram entre novembro de dezembro do ano passado no acampamento do Sumaré. A causa da morte estava relacionada com a fome e a falta de higiene no local. Segundo o policial federal, "a escassez de alimentos provocou uma das mais dramáticas cenas que já vi na minha vida".

Cerca de 60 cães, pertencentes às famílias de posseiros, foram sacrificados: "Não podíamos dividir a comida com os animais. Numa primeira tentativa colocamos os cachorros num caminhão e os abandonamos pela estrada. Contudo, eles retornaram. Um dos posseiro disse-me que a única maneira era matá-los. No entanto, ninguém tinha coragem. Alguém propôs então que os animais fossem amarrados a árvores e abandonados na mata. A noite os uivos dos cães traumatizavam a gente. Ninguém conseguia dormir".

O processo de desapropriação enfrentou problemas na Justiça. Proprietários da Fazenda do Retiro, as famílias Hass e Klabin, conseguiram uma liminar suspendendo o processo. A situação agravou-se na reserva. O prazo estipulado pelos xacriabás para a permanência dos colonos havia terminado. "Rodrigão" e os 24 chefes de aldeias decidiram aguardar mais um tempo, reconhecendo as dificuldades naturais da saída dos posseiros. Na ocasião, o líder xacriabá afirmava que "embora seja um risco a permanência dos colonos na aldeia Sumaré precisamos ter paciência".

### Massacre

No final de janeiro, os xacriabás e funcionários da Funai já pressentiam uma reação violenta por parte dos grileiros. Em Manga, onde circulava sempre acompanhado de pistoleiros e grileiros, Francisco Amaro organizava um grupo para invadir a aldeia do Sapé. Apesar de ser do conhecimento de algumas pessoas desta intenção do grileiro, ninguém acreditava que ele executasse o plano. No início de fevereiro o Conselho Indigenista Missionário — Cimi — alertava para a possibilidade de ocorrer novos confrontos.

A previsão estava correta. Em 12 de fevereiro, Francisco Amaro e mais 10 pistoleiros invadiram o Sapé. De forma covarde e sem permitir qualquer defesa ele e o grupo assassinaram o chefe da aldeia, Rosalino Gomes de Oliveira, José Pereira de Santana e Manoel Fiúza. A mulher de Rosalino, Ana de Oliveira, recebeu um tiro no braço escapando do massacre. Um dos pistoleiros, Agenor Nunes Macedo, morreu no fogo cruzado disparado pelos companheiros.

A chacina revoltou os índios. Com muito custo "Rodrigão" conseguiu evitar uma guerra. Os quatro mil remanescentes estavam dispostos a expulsar "de qualquer maneira" os posseiros. O clima era insustentável, admitia na ocasião o líder xacriabá. No enterro das vítimas alguns índios conclamaram os demais remanescentes a lutarem contra os colonos. Agentes federais, à frente o delegado Agílio Monteiro, além do delegado da Funai, Lúcio Flávio Andrade, reuniram os xacriabás evitando o conflito. Porém, desta vez os índios exigiam a retirada imediata dos posseiros não permitindo, em hipótese alguma, a permanência.

Dois dias depois da chacina do Sapé, o presidente da Funai, Romero Juca, garantia aos xacriabás o fim do conflito de terras. Através de um acordo com o Inera e Ruralmin os colonos foram transferidos para o Projeto Jaíba, na localidade de Mocambinho. Embora esta remoção tenha ocorrido em março, os índios ainda temem o retorno dos posseiros. Além desta solução provisória, os xacriabás viram, pela primeira vez, um grileiro ser preso face à violência na região. O delegado Agílio Monteiro, em tempo recorde, identificou os responsáveis pelo massacre, entre eles Francisco Assis Amaro. Amanhã, todos eles passam a responder pela acusação de genocídio.